



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL – 1º Quadrimestre

Processo : eTC 4310.989.16
Entidade : Prefeitura Municipal de Mogi Mirim
Assunto : Acompanhamento das Contas Anuais
Exercício : 2016
Quadrimestre : 1º Quadrimestre
Responsável : Luiz Gustavo Antunes Stupp
CPF nº : 327.258.878-79
Período : 01.01.2016 a 30.04.2016
Relator : Dr. Antonio Roque Citadini
Instrução : UR -19/ DSF-II

- Cadastro do Responsável (DOC.01).

Senhora Agente da Fiscalização Financeira - Responsável por Equipe Técnica,

Trata-se do acompanhamento quadrimestral das contas apresentadas em face do artigo 1º, § 1º da Resolução nº 01/12.

Para tanto, baseou-se a Fiscalização nas seguintes fontes documentais:

1. Prestações de contas mensais do período em exame, encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo;
2. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AUDESP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
3. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a ressalvas, advertências e recomendações;
4. Análise das informações apresentadas em banco de dados como o SisRTS, o SisCAA, o SIAP e o PFIS;
5. Indicadores finalísticos componentes do IEGM - Índice de Efetividade da Gestão Municipal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Assim, este relatório de acompanhamento, ao ser encaminhado ao conhecimento do Senhor Prefeito Municipal, responsável pelas contas do período em exame, contribuirá para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas e resultando na melhoria das contas a ser apresentadas.

Em atendimento ao TC-A-30973/026/00, registramos a notificação do Sr. Luiz Gustavo Antunes Stupp, responsável pelas contas em exame (DOC.02).

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Na análise da legislação local, verificamos o que segue:

Verificações		
1	A LDO estabelece, por ação do governo, custos estimados, indicadores e metas físicas?	Em partes
2	A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira? (LRF, art. 4º, I, "b")	Sim
3	A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor? (LRF, art. 4º, I, "f")	Sim
4	A LOA autoriza abertura de créditos suplementares em percentual superior a 20%?	Não
5	A LOA decompõe-se até o elemento de despesa? (LF nº 4.320/64, art. 15)	Sim
6	Há dotação orçamentária para atenção prioritária à criança e ao adolescente? (CF, art. 227, caput. LF nº 8.069/90, art. 4º, caput e parágrafo único, "b", "c" e "d")	Sim
7	O Município editou o Plano de Saneamento Básico? (LF nº 11.445/07, arts. 11, 17 e 19)	Sim
8	O Município editou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos? (LF nº 12.305/10, art. 18)	Não
9	Com população superior a 20 mil habitantes, o Município já editou o Plano de Mobilidade Urbana? (LF nº 12.587/12, art. 24, § 3º)	Sim

LDO (DOC.03) e LOA (DOC.04).

Item 1: O Executivo Municipal fixou diversas metas e indicadores na unidade de medida 'percentagem'. Ocorre que, percentagem é uma unidade de comparação. Citamos os seguintes exemplos (DOC.05):

Programa 0305: Gerência de Comunicação, fixa o seguinte indicador. Divulgação de obras e atos da administração: 25%. Se não há a informação, ainda que estimada, do total de obras e atos passíveis de publicação torna-se impossível quantificar a meta e custos decorrentes.

Programa 0329: Captação/Busca de recursos junto aos entes federados e bancos de fomento. O único indicador é 'atender a demanda', com o índice de 25%. - Não é possível



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



aferir a quantidade de projetos que a Prefeitura pretende implantar, nem a quantidade e montante de eventuais financiamentos.

Programa 378: Órgão articulador, mobilizador e canalizador de receitas em prol da comunidade. O único indicador é 'Apoio nos programas proj. e cursos p/ comunidade.
- Não é possível aferir quantos projetos ou cursos se deseja realizar, nem a quantidade de municípios envolvidos.

Observamos que esta pratica vem sendo objeto de apontamentos nos relatórios de exercícios anteriores¹, e mesmo assim o município insiste em realizá-la.

Item 2: Capítulo VI da LDO - art. 7º - (DOC.03 - pág.03).

Item 3: Capítulo XI da LDO - arts. 14 a 18 - (DOC. 03 - pág. 06/08).

Item 4: Artigo 5º, inciso I da LOA (DOC.04 - pág. 03).

Item 6: Da dotação específica para atenção prioritária à criança e ao adolescente (R\$ 1.010.000,00), constatamos que foi empenhado e liquidado no primeiro quadrimestre de 2016 o valor de R\$ 285.960,04 equivalente a 26,24% desta dotação (DOC.06).

Item 7: Lei Complementar Municipal nº 286 de 15/07/2014.

Item 8: De acordo com o (DOC.07), o município não possui Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de que trata o artigo 18 da Lei Federal n.º 12.305/10.

Item 9: Lei Complementar Municipal n.º 308/2015 de 30/10/2015. Observamos que tramita junto a Câmara Municipal proposta de alteração desta lei em decorrência da atualização do abairramento do município, até então regulamentado pelo Decreto n.º 4898/2009, bem como a atualização do Anexo 4 desta Lei que trata do sistema viário (DOC.08).

¹ TC-2002/026/13(exercicio de 2013);TC- 475/026/14(exercicio de 2014); TC- 2567/026/15 (exercício de 2015).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



A.2. CONTROLE INTERNO

Verificações		
1	O Sistema de Controle Interno foi regulamentado? (CF, art.31)	Sim
2	O Responsável pelo Controle Interno ocupa cargo efetivo na Administração Municipal?	Não
3	O Controle Interno, quanto às suas funções institucionais, apresenta relatórios periódicos? (CF, art.74)	Não
4	Com base no relatório do Controle Interno, o Prefeito determinou as providências cabíveis?	Prejudicado

Dados: (DOC. 09).

Item 01: O Sistema de Controle Interno foi regulamentado pela Lei Complementar nº 278 de 27 de dezembro de 2013.

Item 02: Não há, na estrutura da administração, o cargo efetivo de Controlador Interno. As atribuições do Controle Interno são desempenhadas por 05 (cinco) servidores através de função gratificada sendo que 03 (três) destes ocupam cargos em comissão na administração municipal.

A composição essencialmente em comissão cria dúvidas quanto à autonomia do setor para o efetivo exercício do controle interno.

Item 03: Em que pese as declarações (DOC.09 - Pág. 02/06) informarem que alguns relatórios já estão sendo redigidos e que já estão sendo encaminhados ao Prefeito Municipal, registramos que durante a nossa fiscalização "in loco" foram fornecidos apenas os modelos de relatórios (DOC.09-pág. 07/21) versando a respeito prestação de contas dos repasses ao Terceiro Setor e emissão de parecer conclusivo e parecer técnico sobre a regularidade da prestação de contas dos adiantamentos.

PERSPECTIVA B: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

B.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base no Sistema AUDESP e nas informações obtidas na ação fiscalizatória, verificamos o que segue:

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	R\$	%
RECEITAS REALIZADAS ATÉ O QUADRIMESTRE	107.212.688,77	
DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O QUADRIMESTRE	92.885.166,37	
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	14.327.522,40	13,36%

Dados: Balancete da receita (DOC.10) e balancete da despesa (DOC.11).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

Ressalvamos que, em relação ao total da despesa empenhada (R\$130.326.634,15), observamos uma situação desfavorável (Déficit de 21,55%).

Nos termos do artigo 59, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi o Município alertado, por duas vezes.

B.1.2. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Componentes da DCP	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
Restos a Pagar Processados	21.873.485,68	-	18.505.795,67	3.367.690,01
Restos a Pagar Não Processados	8.630.234,82	-	5.595.425,71	3.034.809,11
Consignações	1.956.608,37	7.746.475,50	7.714.225,89	1.988.857,98
Depósitos	136.980,25	60.234,00	102.891,30	94.322,95
Outros				-
Total	32.597.309,12	7.806.709,50	31.918.338,57	8.485.680,05
Inclusões da Fiscalização		45.708.082,39		
Exclusões da Fiscalização				
Total Ajustado	32.597.309,12	53.514.791,89	31.918.338,57	54.193.762,44
Índice de Liquidez Imediata	Disponível	25.973.967,20	0,48	
	Passivo Financeiro	54.193.762,44		

Dados: (DOC.12).

Inclusão da Fiscalização refere-se a empenhos do exercício pendentes de pagamento e passíveis de serem considerados como dívida de curto prazo. Valor conforme DOC.11-Balancete da despesa, fl. 57.

Conste-se que, dentre as disponibilidades financeiras da Prefeitura, há R\$ 5.659.599,38 que estão depositados no fundo de reserva (BB-Depósitos judiciais 30%) destinado a garantir, quando necessário, a restituição dos valores aos processos judiciais, nos termos do artigo 3º, §1º, da LC nº 151/2015 e artigo 3º, §2º, da LCM nº 309/2015.

O valor, na verdade, não pode ser considerado disponibilidade, fato que reduz a liquidez do Município.

Considerando o resultado financeiro apurado, verifica-se que a Prefeitura não possui liquidez face aos compromissos de curto prazo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



B.1.3. FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS

B.1.3.1. RENÚNCIA DE RECEITAS

Verificações:		
1	No período examinado o Município efetivou ato de renúncia de receita?	SIM
2	O ato atendeu às prescrições do artigo 14 da LRF?	Prejudicado

Dados: (DOC.13).

No exercício examinado, o município efetivou ato de renúncia de receita, por meio da lei n.º 5.764/16.

A citada lei permitiu o parcelamento de débitos e concedeu até 100% de desconto sobre juros e multas de mora.

De acordo com a declaração (DOC.13-pág.04) não foi elaborado demonstrativos de efeitos sobre as receitas e despesas, posto que a anistia não atingiu a exigibilidade do valor principal.

B.2. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

B.2.1. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LRF

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF	R\$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	307.222.303,27	100,00%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
Saldo Devedor	81.631.796,69	26,57%
Limite Legal - Artigos 3º e 4º. Resolução 40 do Senado	368.666.763,92	120,00%
Excesso a Regularizar		
CONCESSÕES DE GARANTIAS		
Montante	-	
Limite Legal - Artigo 9º. Resolução 43 do Senado	67.588.906,72	22,00%
Excesso a Regularizar		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Exceto ARO		
Realizadas no Período	-	
Limite Legal - Artigo 7º, I. Resolução 43 do Senado	49.155.568,52	16,00%
Excesso a Regularizar		
DESPESAS DE CAPITAL		
Realizadas no Período		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Exceto ARO) > DESPESAS DE CAPITAL	Não	
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS - ARO		
Saldo Devedor	-	
Limite Legal - Artigo 10. Resolução 43 do Senado	21.505.561,23	7,00%
Excesso a Regularizar		
RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS		
Valor arrecadado no exercício	284.496,00	
Valor aplicado no exercício	54.994,31	
Saldo a Aplicar	229.501,69	

Dados: Relatório de Gestão Fiscal e Declaração sobre alienação de ativos (DOC.14).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



De acordo com certidão e documentos (DOC. 14-pág 02/06) o valor aplicado no exercício de R\$ 54.994,31 foi utilizado para pagamento da empresa Construtora Alpha Vitória Ltda-EPP e para o pagamento de tarifas bancárias para regularização dos débitos efetivados em conta (R\$38,35).

Verificação		
1	Houve atendimento aos limites estabelecidos pela LRF?	SIM

B.2.2. DESPESA DE PESSOAL

Período	Abr 2015	Ago 2015	Dez 2015	Abr 2016
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado - A	146.280.212,21	144.660.146,17	152.248.135,38	154.217.529,74
Inclusões da Fiscalização - B				
Exclusões da Fiscalização - C				
Gastos Ajustados - D		144.660.146,17	152.248.135,38	154.217.529,74
Receita Corrente Líquida - E	298.160.322,75	301.428.298,42	303.895.161,36	307.222.303,27
Inclusões da Fiscalização - F				
Exclusões da Fiscalização - G				
Receita Corrente Líquida Ajustada - H		301.428.298,42	303.895.161,36	307.222.303,27
% Gasto Informado A/E	49,06%	47,99%	50,10%	50,20%
% Gasto Ajustado - D/H		47,99%	50,10%	50,20%

Dados: Exercício de 2015 - Relatório de contas anual de 2015 - TC 2567/026/15 (DOC.15-pág.01).

1º Quadrimestre de 2016 - Relatório de Instrução Sistema AUDESP - período 04/2016 - (DOC.15-pág. 02/03).

A Prefeitura fiscalizada integra dois Consórcios Públicos (Consórcio de Saúde 8 de abril e Consórcio Intermunicipal Cemmil).

A Administração contabilizou o valor total dos repasses aos consórcios no elemento econômico 33.90.39 (outros serviços), deixando de contabilizar corretamente os repasses efetivados para pagamento de pessoal.

O procedimento contraria o disposto no artigo 8º, §4º, da lei 11.107/2005² que versa sobre consórcios públicos.

² § 4º Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#), o consórcio público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Desta forma, entendemos que o valor apurado como gasto de pessoal não corresponde à realidade (DOC.15-pág. 04/07).

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, porém ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

Com base no art. 59, § 1º, II, da LRF, o Executivo Municipal foi alertado, quanto à superação de 90% do específico limite da despesa laboral.

B.3. APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS

B.3.1. ENSINO

Conforme informado ao Sistema AUDESP, a despesa educacional atingiu 32,62 % da receita resultante de impostos, conforme segue:

	Sistema AUDESP		Origem	
	R\$	%	R\$	%
RECEITA DE IMPOSTOS:	81.988.599,89		81.988.599,89	
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO	26.748.270,66	32,62%	18.963.087,00	23,13%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOIRO	19.924.879,18	24,30%	11.740.538,43	14,32%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO	18.638.624,88	22,73%	10.175.607,66	12,41%
RECEITA DO FUNDEB:	4.163.780,39		13.554.022,90	
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB - 60%(ajustado)	13.016.540,11	312,61%	13.058.752,81	313,63%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB - 60%(ajustado)	13.016.540,11	312,61%		
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB - 60%(ajustado)	12.371.689,99	297,13%		
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB - 40%	10.344,19	0,25%	10.344,19	0,25%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB - 40%	10.344,19	0,25%		
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB - 40%	10.344,19	0,25%		

Dados: Planilhas AUDESP e Planilha da Origem (DOC. 16).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Conforme se verifica no quadro acima, os dados elaborados pela origem estão divergentes daqueles apurados com base nos balancetes armazenados no Sistema AUDESP.

Tal qual o Comunicado SDG n.º 34, de 2009, as inconsistências relatadas acima denotam falha grave, eis que, à vista de tais desacertos, a Prefeitura deixa de atender aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n. 4.320/64).

No período examinado e com base na Despesa Liquidada (Sistema AUDESP e Origem), o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

Observamos que os valores referentes à aplicação do FUNDEB 60% no quadro já estão ajustados de acordo com o item consta B.3.1.1.1. deste relatório.

Com base no art. 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi o Município alertado por 03 (três) vezes, sobre possível não atendimento dos mínimos constitucionais e legais da Educação.

B.3.1.1. AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO

No período examinado, houve o seguinte ajuste por parte da Fiscalização:

B.3.1.1.1. APLICAÇÃO DO FUNDEB 60% - Magistério

Conforme consta do relatório de contas anterior que tratou das contas municipais de 2015 (TC-2567/026/15), a Origem lançou erroneamente o pagamento de R\$42.212,70, em março de 2016, referente a recursos residuais do FUNDEB 2015, no código de aplicação 262- Fundeb Magistério ao invés do código de aplicação 264-Fundeb exercícios anteriores, razão pela qual essa quantia foi desconsiderada da aplicação do Fundeb de 2016.

B.3.2. SAÚDE

	R\$	%
RECEITA DE IMPOSTOS:	81.988.599,89	
DESPESA EMPENHADA	27.542.000,69	33,59%
DESPESA LIQUIDADA	19.674.175,30	24,00%
DESPESA PAGA	18.699.756,06	22,81%

Dados: (DOC.17-pág.01).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



No período examinado e com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

B.3.2.1. AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO

No período examinado, não houve ajustes por parte da Fiscalização.

B.3.2.2. OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL

Verificações		
1	Mediante contas bancárias próprias, o Fundo Municipal movimenta todos os recursos da Saúde?	Não
2	Houve aprovação da Gestão da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde?	Não

Dados: (DOC.17-pág. 02/05) .

Item 1: Conforme declaração, algumas contas bancárias de recursos da saúde estão com o CNPJ da Prefeitura Municipal (DOC.17-pág.02) .

Item 02: Conforme declaração e parecer (DOC.17-pág.03/05) a desaprovação da gestão da saúde se deu basicamente pela insuficiência de exames laboratoriais e de medicamentos fornecidos na rede básica de saúde, falta de restabelecimento das Cirurgias Eletivas, falta de transporte dos usuários, desatendimento a solicitações deste conselho e aplicação de verba vinculadas em atividades alheias.

B.3.3. DEMAIS RECURSOS VINCULADOS

B.3.3.1. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Verificações		
1	Foi instituída a CIP – Contribuição para Custeio da Iluminação Pública?	Sim
2	Os recursos da CIP foram movimentados em contas específicas? (LRF, art. 8º, parágrafo único)	Sim
3	O Município assumiu os ativos da iluminação pública? (Resolução ANEEL nº 414/10)?	Sim
4	Os ativos foram detalhadamente discriminados para a necessária incorporação patrimonial?	Não
5	O Município executa diretamente os serviços relacionados à iluminação pública?	Não

Dados: (DOC.18) .

O Município instituiu a CIP – Contribuição para Custeio da Iluminação Pública, por meio da Lei Complementar nº 280/2013, alterada posteriormente pela Lei Complementar nº 291/14, sendo regulamentada pelo decreto nº 6764/14.

Durante nossa fiscalização, verificamos que o Município havia assumido, em 09 de fevereiro de 2015, os ativos da iluminação pública, cumprindo a determinação contida



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



na Resolução 414/10 (e posteriores) da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Registramos que, conforme informado, os ativos da iluminação pública ainda não foram incorporados ao patrimônio municipal, uma vez que, a Concessionária ELEKTRO, antiga detentora do parque de Iluminação Pública, ainda não forneceu relatório detalhado dos ativos transferidos à época da assunção. (fls. 700 do anexo IV).

A execução dos serviços relacionados à iluminação pública, foi transferida à terceiros por meio da concorrência 11/2015).

Em relação à arrecadação e despesas relacionadas à manutenção dos serviços correlatos, tiveram a seguinte configuração no exercício em exame:

Saldo em 31.12. 2015	1.955.633,58
Rendimentos aplicações financeiras	56.202,69
Valor arrecadado no exercício	2.672.472,59
Ajustes da Fiscalização	59.409,60
Disponibilidade total	4.743.718,46
Despesas realizadas no exercício	1.976.040,85
Ajustes da Fiscalização	
Despesas realizadas após ajustes	1.976.040,85
Saldo em 31.04. 2016	2.767.677,61

Dados: (DOC.18 – pág. 09/16).

Registramos que o ajuste realizado na tabela acima refere-se a valores transferidos da conta movimento para a conta da CIP, no dia 20/05/2016, referente ao recebimento dos valores da dívida ativa não tributária decorrente da CIP no quadrimestre.

Constatamos a diferença de R\$ 15.509,79 entre o valor arrecado constante do extrato bancário apresentado pelo município e valor arrecadado constante do diário da receita, conforme demonstra a tabela abaixo:

Valor arrecadado - extrato bancário	R\$ 2.744.185,07
(-)Rendimento (Extrato bancário)	R\$ 56.202,69
Valor Arrecadado (extrato bancário)sem o rendimento bancário	R\$ 2.687.982,38
Valor arrecadado no exercício - Diário da receita	R\$ 2.672.472,59
Diferença entre o valor do extrato bancário e o valor constante no diário da receita	R\$ 15.509,79

Dados: (DOC.18 – pág. 10/11).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Durante o planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse verificação *in loco* dos recursos atinentes a Multas de Trânsito, CIDE e Royalties.

PERSPECTIVA C: EXECUÇÃO FÍSICA DOS SERVIÇOS/OBRAS PÚBLICAS

C.2. CONTRATOS

C.2.1. CONTRATOS SELECIONADOS ENVIADOS AO TRIBUNAL

No período em exame foram enviados 04 contratos ao Tribunal, dos quais 2 (dois) foram selecionados também para acompanhamento .

C.2.3. EXECUÇÃO CONTRATUAL

Das avenças em execução, no período em exame, verificamos as que seguem:

01	Contrato nº:	190/2012	
	Data:	18/10/2012	
	Contratada:	Confran Construtora Ltda EPP	
	Valor:	R\$ 1.893.250,02	
	Fonte de recursos:	Municipal	R\$ 601.167,70
		Estadual	R\$
		Federal	R\$ 1. 292.083,28
	Objeto:	Construção do NIAS	
	Execução/Prazo:	10 meses	
	Licitação:	Concorrência Pública 04/2012	
	Termo Aditivo:	190.07/2012	
	Objeto:	Prorroga o prazo de vigência do contrato n.º 190/12 por um período de 121 (cento e vinte e um) dias a contar de 02 de junho de 2015 com término em 30 de setembro de 2015.	
	Data:	01 de junho de 2015.	

Dados: (DOC.19).

De acordo com o termo aditivo 190.07/2012 (DOC.19-pág.01/03) a obra deveria estar finalizada até o dia 30 de setembro de 2015.

No entanto, conforme Termo de verificação lavrado durante a fiscalização "in loco" (DOC.19-pág.04/05), apuramos o que segue:

- A obra encontra-se abandonada, estando paralisada desde o mês de agosto de 2015;
- A segurança da obra está totalmente comprometida, visto que o portão de acesso encontra-se danificado sem nenhum cadeado, a tela externa apresenta diversos buracos e não se verifica porta nos cômodos internos da obra. Observasse que a obra vem sendo utilizada como



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



dormitório por andarilhos e vem sofrendo atos de vandalismo;

- Quanto às instalações elétricas não verificamos a presença de disjuntores e luminárias. Informa o engenheiro responsável pela obra que estes foram objetos de furto e já constam de boletim de ocorrência. Informa também o responsável que estão ocorrendo o furto de fios e telhas na obra. Registramos que os boletins de ocorrência não foram apresentados.

Observamos que a situação de abandono em que se encontra essa obra já foi objeto de apontamento do relatório anterior que tratou das contas municipais de 2015 – TC-2567/026/15, ocasião onde foram apontadas inúmeras divergências entre as medições e as condições reais obra.

A título de ilustração segue algumas fotos retiradas na ocasião da visita "in loco":





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Até o momento não temos notícias se o município já executou a garantia contratual.

PERSPECTIVA D: TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS E DEMAIS ASPECTOS

D.1. CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS

Verificações		
1	A Prefeitura criou o Serviço de Informação ao Cidadão? (<i>LF nº Lei 12.527/11, art. 9º</i>)	Não
2	Com mais de 10.000 habitantes, há divulgação, em página eletrônica, de repasses a entidades do 3º setor, informações sobre licitações e ações governamentais? (<i>LF nº Lei 12.527/11, art. 8º, § 1º</i>)	Sim
3	Há divulgação, em página eletrônica, em tempo real, das receitas arrecadadas e a espécie de despesa que está sendo realizada, indicando valor, fornecedor e, se for o caso, o tipo da licitação realizada? (<i>LRF, art. 48-A</i>)	Sim
4	Realização de audiências públicas para debater as metas fiscais? (<i>LRF, art. 9º, § 4º</i>)	Sim
5	Realização de audiências públicas para debater o PPA, LDO e LOA? (<i>LRF, art. 48, parágrafo único</i>)	Sim
6	Contas disponíveis à população, ao longo do exercício? (<i>LRF, art. 49</i>)	Sim
7	Divulgação, na página eletrônica do Município, do PPA, LDO, LOA, balanços de exercício, parecer prévio do Tribunal de Contas, RGF e RREO? (<i>LRF, art. 48</i>)	Sim
8	Publicação ou divulgação do RGF? (<i>LRF, arts. 55, § 2º e 63, II, "b"</i>)	Sim
9	Publicação e divulgação do RREO? (<i>LRF, art. 52</i>)	Sim
10	Encaminhamento à União das informações alusivas às contas do ano anterior? (<i>LRF, art. 51, § 1º, I</i>)	Sim
11	Divulgação dos tributos arrecadados? (<i>CF, art. 162</i>)	Sim
12	Publicação trimestral das receitas e despesas relativas à Educação? (<i>CE, art. 256</i>)	Sim
13	Realização de audiências públicas quadrimestrais da Saúde? (<i>LC 141/12, art. 36, § 5º</i>).	Sim
14	Publicação dos valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos? (<i>CF, art. 39, § 6º</i>)	Sim

Dados: (DOC.20) .



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Item 1: Em que pese a declaração da origem que possui Serviço de Informação ao Cidadão, conforme pesquisa ao sítio eletrônico do município, verificamos que o mencionado serviço refere-se a disponibilização de formulário para perguntas na página eletrônica do Município por meio de um fale conosco e a estrutura física para atendimento ao cidadão esta a cargo do setor de Protocolo.

De nossa parte, entendemos que os serviços disponibilizados pela municipalidade estão aquém do que propõe a Lei 12.527/11, uma vez que a ele compete não apenas receber documentos/solicitações como também orientar o público e informar sobre a tramitação destes;

Itens 4 e 5: Verificamos que a Prefeitura, em conjunto com a Câmara Municipal realizou audiências para demonstração das Metas Fiscais e para debater os planos orçamentários (LDO e LOA), em observância aos arts. 9º, §4º e 48, parágrafo único, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entretanto, a participação popular em referidas sessões é ínfima. Na audiência para discussão das Metas fiscais, havia um representante da imprensa, os demais participantes eram servidores públicos municipais ou agentes políticos. Na audiência para discussão da LDO havia, além dos servidores e agentes políticos, havia um representante da imprensa (Cópia das atas às fls. 132/143 – Anexo I). E, na audiência para discussão da LOA, contou com um munícipe sendo os demais participantes servidores públicos municipais ou agentes políticos.

Assim, sugerimos que a Prefeitura Municipal implemente medidas para fomentar a participação popular nos debates dos planos orçamentários.

PERSPECTIVA E – RESTRIÇÕES DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO

E.1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

E.1.1. OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO

O Município não realizou esse empréstimo extraorçamentário no 1.º quadrimestre de 2016, conformando-se ou não ao art. 38, IV, “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal (DOC.21).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



E.2. LEI ELEITORAL (nº 9.504, de 1997)

E.2.1 ALTERAÇÕES SALARIAIS

A partir de abril, as alterações remuneratórias não se limitaram à inflação contada a partir de janeiro de 2016 descumprindo-se o art. 73, VIII da Lei Eleitoral.

De acordo com a Lei nº 5.791/16 (DOC.22) o reajuste aplicado em 28/06/2016, retroativo a 01/05/2016, foi de 7,16%, superior ao índice inflacionário verificado no período de janeiro a junho de 2016 de 5,9142% (DOC.22-Pág.03).

E.2.2. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS

No período examinado, a Prefeitura não criou novos programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios fiscais (DOC.23).

CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

1. Item A.1 – PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

- O Executivo Municipal fixou diversas metas e indicadores da LDO na unidade de medida 'percentagem'. Ocorre que, percentagem é uma unidade de comparação.
- O município não possui Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de que trata o artigo 18 da Lei Federal n.º 12.305/10.

2. Item A.2. CONTROLE INTERNO

- Não há na estrutura da administração o cargo efetivo de controlador interno.
- Além disso, a composição do Controle Interno conta com cinco funcionários, dos quais três funcionários comissionados, ou seja, 60% da sua composição.
- Em que pese a Administração informar que alguns relatórios já estão sendo redigidos e que já estão sendo encaminhados ao Prefeito Municipal, registramos que durante a nossa fiscalização "in loco" foram fornecidos apenas os modelos de relatórios versando a respeito prestação de contas dos repasses ao Terceiro Setor e emissão de parecer conclusivo e parecer técnico sobre a regularidade da prestação de contas dos adiantamentos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



3. Item B.1.1 Resultado da Execução Orçamentária

- Constatamos que, embora o resultado da execução orçamentária seja superavitário na comparação entre receitas realizadas e despesas liquidadas, há um déficit de 21,55% quando analisamos o resultado pela despesa empenhada;
- A Municipalidade foi alertada por duas vezes quanto ao descompasso entre receitas e despesas.

4. Item B.1.2 DÍVIDA DE CURTO PRAZO

- A Prefeitura não possui liquidez frente às suas obrigações de curto prazo.

5. Item B.2.2 Despesa de Pessoal

- Descumprimento ao disposto no artigo 8º, §4º, da lei federal nº 11.107/2005.
- A despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, porém ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

6. Item B.3.1 ENSINO

- Divergências entre os dados prestados pela origem e aqueles armazenados no sistema Audesp, prejudicando uma análise concreta do real resultado do ensino no 1.º quadrimestre, sendo falha grave, eis que, à vista de tais desacertos, a Prefeitura deixa de atender aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n. 4.320/64).
- No período examinado e com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

7. Item B.3.1.1 AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO

- Glosa de R\$ 42.212,70 referentes a pagamentos realizados mediante recursos residuais do FUNDEB 2015 registrados erroneamente no código de aplicação 262-Fundeb Magistério.

8. Item B.3.2.2. OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL

- O Fundo Municipal não movimenta todos os recursos da Saúde mediante contas bancárias próprias.
- Conselho Municipal de Saúde reprovou a Gestão da Saúde no 1.º quadrimestre.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



9. Item B.3.3.1 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- Os ativos de iluminação pública ainda não foram detalhadamente discriminados para a necessária incorporação patrimonial.

10. Item C.2.3. EXECUÇÃO CONTRATUAL

- Contrato 190/2012: A construtora abandonou a obra (Construção da creche). Foram encontradas diversas irregularidades, consistentes em paralização da obra.

11. Item D.1 CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS

- O Serviço de Informação ao Cidadão do município não atende ao propósito da Lei n.º 12.527/11.
- Apesar da realização de audiências públicas, a participação popular é ínfima, motivo pelo qual sugerimos que a Prefeitura Municipal implemente medidas para fomentar a participação popular nos debates das metas fiscais e planos orçamentários.

12. Item E.2.1 ALTERAÇÕES SALARIAIS

- As alterações remuneratórias ocorreram após abril de 2016 e não se limitaram à inflação contada a partir de janeiro de 2016 descumprindo-se o art. 73, VIII da Lei Eleitoral.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR.19, em 23 de setembro de 2016.

Bruno Marçal de Medeiros Ribas
Agente da Fiscalização Financeira